

REPÚBLICA DE



CABO VERDE

BOLETIM OFICIAL

PREÇO DESTE NÚMERO — 24\$00

Toda a correspondência quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do Boletim Oficial deve ser enviada à Administração da Imprensa Nacional, na cidade da Praia.

O preço dos anúncios é de 15\$ a linha. Quando o anúncio for exclusivamente de tabelas ou com tabelas intercaladas no texto será o respectivo espaço acrescentado de 30%. Não serão publicados anúncios que não venham acompanhados da importância precisa para garantir o seu custo.

ASSINATURAS:

	Ano	Semestre
Para o país	1 000\$00	600\$00
Para países de expressão portuguesa...	1 500\$00	800\$00
Para outros países	1 800\$00	1 000\$00
AVULSO Por cada duas páginas...	4\$00	

Os períodos de assinaturas contam-se por anos civis e seus semestres. Os números publicados antes de ser tomada a assinatura, são considerados venda avulsa.

Todos os originais com destino ao Boletim Oficial devem ser enviados à Administração da Imprensa Nacional até às 16 horas de Quinta-feira de cada semana.

Os que o forem depois da data fixada ficarão para o número da semana seguinte.

Os originais dos vários serviços públicos deverão conter a assinatura do chefe, autenticada com o respectivo selo branco.

SUMÁRIO

CONSELHO DE MINISTROS

CONSELHO DE MINISTROS:

Decreto n.º 70/88

Decreto n.º 70/88:

Designa três elementos para integrem o Conselho de Direcção da EMPA.

de 23 de Julho

Ao abrigo do disposto no artigo 7.º do Decreto n.º 83/78, de 16 de Setembro, que aprova os Estatutos da EMPA;

CHEFIA DO GOVERNO:

No uso da faculdade conferida pelo artigo 77.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Rectificação:

A Portaria n.º 29/88, publicada no *Boletim Oficial* n.º 26/88, de 25 de Junho.

Artigo único. São designados os Directores dos sectores de actividades da EMPA a seguir indicados para integrem o Conselho de Direcção da empresa:

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS:

António Baptista de Pina Tavares — Director Administrativo e do Pessoal;

Portaria n.º 36/88:

Distribui pelas Repartições de Finanças Concelhias algumas verbas atribuídas à Direcção-Geral da Fazenda Pública, pelo orçamento vigente.

Maria Elisa Pimenta Rodrigues — Director do Comércio Externo;

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E SECRETARIA DE ESTADO DAS PESCAS:

José Ramos Mota — Director do Comércio Interno.
Pedro Pires — Oswaldo Lopes da Silva.

Portaria n.º 37/88:

Prorroga para mais um ano o prazo para liquidação da Empresa Caboverdiana das Infraestruturas da Pesca, E. P. — INTERBASE.

Promulgado em 19 de Julho de 1988.

Publique-se.

O Presidente da República, ARISTIDES MARIA PEREIRA.

Chefia do Governo:

CHEFIA DO GOVERNO

Direcção-Geral da Administração Pública.

Secretaria-Geral do Governo

Rectificação

Anúncios judiciais e outros.

Por ter saído inexacto, rectifica-se nos termos seguintes a Portaria n.º 29/88, respeitante à distribuição de verbas atribuídas à Direcção-Geral de Administração pelo or-

Contas e balancetes diversos.

camento do Ministério da Administração Local e Urbanismo e publicado no *Boletim Oficial* n.º 26/88 de 25 de Junho

No sumário:

Onde se lê:

... à Direcção-Geral das Alfândegas...

deve ler-se:

... à Direcção-Geral de Administração...

No cabeçalho:

Onde se lê:

«à Direcção-Geral de Administração Local»

deve ler-se:

«à Direcção-Geral de Administração»

Onde se lê:

Portaria n.º 25/88.

deve ler-se:

... Portaria n.º 29/88.

No mapa anexo:

Onde se lê:

... Portaria n.º 25/88.

deve ler-se:

... a Portaria n.º 29/88...

Secretaria-Geral do Governo, 12 de Julho de 1988.
— A Secretária-Geral, *Edeltrudes Rodrigues Pires Neves*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Gabinete do Ministro Adjunto do Ministro das Finanças

Portaria n.º 36/88

de 23 de Julho

Verificando-se a necessidade de se distribuírem pelas Repartições de Finanças concelhias algumas verbas atribuídas no orçamento vigente à Direcção-Geral da Fazenda Pública, em conformidade com o preceituado no artigo 41.º do Decreto n.º 17 881, de 11 de Janeiro de 1930; e

Sob proposta da Direcção-Geral dos mesmos serviços:

Manda o Governo da República de Cabo Verde, pelo Ministro Adjunto do Ministro das Finanças o seguinte:

1.º As verbas dos códigos 1.42, 14, 23, 26, 27, 28, 29, 30 e 31-B atribuídas no orçamento vigente à Direcção-Geral da Fazenda Pública são distribuídas como consta do mapa em anexo; que baixa assinado pelo director-geral e faz parte integrante desta Portaria,

2.º Se, no decurso do ano económico, for necessário introduzir qualquer alteração aos quantitativos ora distribuídos, dentro do orçamento da respectiva verba orçamental, a mesma não carecerá de publicação e será feita pelo funcionário a que se refere o número anterior;

3.º As Repartições de Finanças concelhias ficam autorizadas, mediante apresentação dos competentes justificativos e cumpridas as formalidades legais, a proceder a liquidação provisória e ao pagamento das despesas que forem efectuadas por conta das verbas atribuídas.

Ministério das Finanças, 23 de Julho de 1988. — O Ministro Adjunto, *Arnaldo França*.

Distribuição das verbas do orçamento ordinário da Direcção-Geral da Fazenda Pública atribuídas no orçamento do Estado para o corrente ano

Concelhos	Verbas do orçamento ordinário (em escudos) -- Códigos orçamentais								
	1.42	14	23	26	27	28	29	30	31-B
Boa Vista	17 400	10 000		13 600	7 000	6 000		22 000	10 800
Brava	17 400	15 000		16 000	7 000	7 000		22 000	10 800
S. Filipe	17 400	15 000		16 000	7 000	7 000		22 000	10 800
Maio	17 400	10 000		13 600	7 000	6 000		22 000	10 800
Mosteiros	17 400	10 000		13 600	7 000	6 000	22 684	22 000	10 800
Paul	17 400	10 000		13 600	7 000	6 000	4 539	22 000	10 800
Porto Novo	17 400	10 000		13 600	7 000	5 000		22 000	10 800
Praia	17 400	5 000		24 000	10 000	22 000		70 000	21 050
Ribeira Grande	17 400	20 000		16 000	7 000	7 000	8 503	22 000	10 800
Sal	17 400	15 000		16 000	7 000	7 000	22 684	22 000	10 800
Santa Catarina	17 400	16 000		16 000	7 000	7 000		22 000	10 800
Santa Cruz	17 400	16 000		16 000	7 000	7 000	18 903	22 000	10 800
S. Nicolau	17 400	16 000		16 000	7 000	7 000		22 000	10 800
S. Vicente	19 800	16 000	34 000	32 000	10 000	22 000		50 000	21 050
Tarrafal	17 400	16 000		16 000	7 000	7 000	22 684	22 000	10 800
Direcção-Geral da Fazenda Pública	96 000	340 000	101 000	69 000	50 000			944 000	5 217 500
10%	40 000	60 000	15 000	20 000	20 000			150 000	600 000
Total	400 000	600 000	150 000	1010 000	200 000	200 000	100 000	1 500 000	6 000 000

Direcção-Geral da Fazenda Pública, na Praia; 25 de Abril de 1988. — O Director-Geral, *Luis Fonseca*.

**MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
E SECRETARIA DE ESTADO
DAS PESCAS**

Portaria n.º 37/88

de 23 de Julho

Nos termos do artigo 8.º do Decreto n.º 2/87, inserto no Suplemento ao *Boletim Oficial* n.º 11, de 18 de Março de 1987, é prorrogado para mais um ano, com início no dia 28 de Abril de 1988, o prazo para liquidação da Empresa Caboverdiana das Infraestruturas da Pesca E. P. — INTERBASE.

Ministério das Finanças e Secretaria de Estado das Pescas, 17 de Junho de 1988. — O Ministro Adjunto do Ministro das Finanças, *Arnaldo França*, O Secretário de Estado das Pescas, *Miguel António Lima*.

CHEFIA DO GOVERNO

**Secretaria de Estado
da Administração Pública**

Direcção-Geral da Administração Pública

Despacho do Camarada Ministro da Justiça:

De 15 de Fevereiro de 1988:

João Hamilton Soares Martins Vaz — nomeado, nos termos do artigo 1.º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 128/85, de 9 de Novembro, para exercer, interinamente, o cargo de ajudante (maquinista auxiliar) da Direcção-Geral dos Serviços Penitenciários do Ministério da Justiça. Fica colocado na Cadeia Central da Fraia.

A despesa tem cabimento na dotação do capítulo 1.º divisão 5.ª, código 1.2 do orçamento vigente.

Despachos do Camarada Ministro dos Negócios Estrangeiros na ausência do Camarada Ministro da Justiça:

De 13 de Maio de 1988.

Margarida Delgado dos Santos — nomeada, nos termos do artigo 1.º n.º 2 do Decreto-Lei n.º 128/85, de 9 de Novembro, para exercer, interinamente, o cargo de escriturária-dactilógrafa de 2.ª classe da Direcção-Geral dos Serviços Penitenciários do Ministério da Justiça. Fica colocado na Direcção-Geral da Cadeia Central de S. Vicente.

A despesa tem cabimento na dotação do capítulo 1.º, divisão 5.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visados pelo Tribunal de Contas em 30 de Junho de 1988).

De 31:

Maria Salomé Delgado Salomão, 4.º ajudante, de nomeação interina, do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Registos e do Notariado — revalidada, nos termos do

n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 128/85, de 9 de Novembro, a referida nomeação, por mais um ano, a partir de 5 de Fevereiro de 1988. — (Anotado pelo Tribunal de Contas em 1 de Julho de 1988).

Maria da Conceição Lopes Moniz, 3.º oficial, de nomeação definitiva, da Direcção-Geral dos Registos e do Notariado — promovida, nos termos do artigo 50.º do Decreto n.º 98/87, de 14 de Setembro, à categoria imediata.

Silvestre Deodato da Circuncisão Oliveira, 4.º ajudante, de nomeação provisória, do quadro da Direcção-Geral dos Registos e do Notariado — reconduzido, por mais três anos, no referido cargo, nos termos do § 1.º do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo.

José Cândido Delgado, 4.º ajudante, de nomeação interina, do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Registos e do Notariado — revalidada a referida nomeação, por mais um ano, nos termos do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 128/85, de 9 de Novembro, com efeitos a partir de 12 de Abril de 1988.

(Anotados pelo Tribunal de Contas em 1 de Julho de 1988).

De 8 de Junho:

Augusto Alberto Mendes, 3.º ajudante, de nomeação provisória do quadro da Direcção-Geral dos Registos e do Notariado — nomeado definitivamente, no referido cargo, nos termos do disposto no § 1.º do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo. — (Anotado pelo Tribunal de Contas em 2 de Julho de 1988).

Os encargos resultantes das despesas têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 4.ª, código 1.2 do orçamento vigente.

Raúl Durão Dias Ferreira, agente de 1.ª classe definitivo da Polícia Judiciária — colocado na situação de disponibilidade, nos termos do n.º 1 do artigo 138.º do Estatuto do Funcionalismo, com efeitos a partir da data do termo de comissão como director da Cadeia Central de S. Vicente, ficando a prestar serviço na Procuradoria Regional de Santa Catarina.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 10.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 2 de Julho de 1988).

António Carlos Rocha Serra, ajudante de escrivão de Direito de 2.ª classe, definitivo, do quadro das Secretarias Judiciais e do Ministério Público, com colocação no Tribunal Regional de Santa Catarina, na situação de licença registada — prorrogada a referida licença por mais 3 meses, com efeitos a partir de 2 de Junho do corrente ano.

Manuel de Deus Almada Freitas, oficial de diligências de 2.ª classe, definitivo, do quadro das Secretarias Judiciais e do Ministério Público, com colocação no Tribunal de Santa Catarina — concedidos 3 meses de licença registada, nos termos do artigo 252.º do Estatuto do Funcionalismo, com efeitos a partir de 1 de Setembro de 1988.

De 15 de Junho:

Maria Lopes Monteiro, escriturária-dactilógrafa de 2.ª classe, de nomeação definitiva da Direcção-Geral dos Registos e do Notariado — promovida, nos termos do artigo 50.º do Decreto n.º 98/87, de 14 de Setembro, à classe imediata.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 4.ª, código 1,2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 2 de Julho de 1988).

Despacho do Camarada Ministro dos Negócios Estrangeiros:

De 2 de Junho de 1988:

Maria Antónia Lubrano Mendes Teixeira Fernandes, escriturária-dactilógrafa, principal, definitiva, do Ministério dos Negócios Estrangeiros — concedido, nos termos do artigo 257.º do Estatuto do Funcionalismo, licença ilimitada, com efeitos a partir de 6 de Junho do corrente ano.

Despacho do Camarada Ministro dos Transportes, Comércio e Turismo:

De 30 de Março de 1988:

Alcides Joaquim Soares, condutor-autó de 3.ª classe, contratado da Direcção-Geral de Marinha Mercante — promovido, nos termos do artigo 50.º do Decreto n.º 98/87, de 14 de Setembro à classe imediata.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 5.ª, código 1,2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 2 de Julho de 1988).

Despachos do Camarada Ministro do Desenvolvimento Rural e Pescas:

De 30 de Dezembro de 1987:

Teodoro Batalha Fernandes de Carvalho, guarda florestal de 2.ª classe definitivo da Direcção-Geral de Conservação dos Solos, Florestas e Engenharia Rural — promovido, nos termos do artigo 50.º do Decreto n.º 98/87, de 14 de Setembro; à classe imediata.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita na divisão 7.ª, código 1,2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 2 de Junho de 1988).

De 13 de Maio de 1988:

Manuel do Livramento Delgado, lubrificador de 3.ª classe — contratado, nos termos do artigo 45.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer o cargo de mecânico de 3.ª classe do Centro de Máquinas e Equipamento.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 6.ª, código 1,2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 23 de Junho de 1988):

De 14:

Filomena Maria Delgado Vitória — nomeada, nos termos do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo, conjugado com o n.º 10.º do Decreto-Lei n.º 154/81, de 31 de De-

zembro, para exercer, provisoriamente, o cargo de técnica superior de 3.ª classe da Direcção-Geral do Fomento Agrário.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 8.ª, código 1,2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 2 de Julho de 1988).

De 24:

Domingos Alves — nomeado, nos termos do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo, conjugado com o Decreto n.º 36/88, de 7 de Maio, para exercer, provisoriamente o cargo de técnico profissional de 1.º nível, 3.ª classe, dos Serviços Regionais do Ministério do Desenvolvimento Rural e Pescas.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 10.ª, código 1,2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 2 de Julho de 1988).

Pedro Pereira de Pina, técnico profissional de 1.º nível, de 3.ª classe da Direcção-Geral da Pecuária do Ministério do Desenvolvimento Rural e Pescas — transferido para os Serviços Regionais — Repartição Concelhia do Tarrafal, ficando colocado em Calheta de S. Miguel, por conveniência de serviço.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação do capítulo 1.º, divisão 10.ª; código 1,2 do orçamento vigente.

Pedro Alcântara Ludgero Correia, escriturário-dactilógrafo de 1.ª classe, provisório, da Direcção-Geral de Administração Central do Ministério do Desenvolvimento Rural e Pescas — nomeado, definitivamente, no referido cargo, nos termos do disposto no § 1.º do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação do capítulo 1.º, divisão 4.ª; código 1,2 do orçamento vigente.

De 6 de Junho:

Maria Margarida Lopes Sanches Moreira, escriturária-dactilógrafa de 1.ª classe, provisória, da Direcção-Geral de Conservação de Solos, Florestas e Engenharia Rural — nomeada, definitivamente, no referido cargo, nos termos do disposto no § 1.º, do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação do capítulo 1.º, divisão 7.ª; código 1,2 do orçamento vigente.

(Anotados pelo Tribunal de Contas em 4 de Julho de 1988).

De 7 de Julho:

Maria de Lourdes Almeida, 4.º escriturária do Instituto de Seguros e Previdência Social (ISPS), prestando serviço no Ministério do Desenvolvimento Rural e Pescas — Repartição Concelhia do Maio em regime de comissão — dada por finda a referida situação.

Despachos do Camarada Ministro da Educação:

De 3 de Novembro de 1987:

Maria Mermínia Ramos Costa, habilitada com o curso de Formação de Professores do Ensino Básico Complementar — nomeada, nos termos do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer, provisoriamente, o cargo de professor de 3.º nível, 3.ª classe, da Escola do Ensino Básico Complementar do Tarrafal.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 16.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 23 de Junho de 1987).

Lavinia Maria Faria Brito St'Aubyn, habilitada com o curso de Formação de Professores do Ensino Básico Complementar — nomeada, nos termos do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer, provisoriamente, o cargo de professor de 3.º nível, 3.ª classe, da Escola do Ensino Básico Complementar «Jorge Barbosa».

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 7.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 29 de Junho de 1988).

De 15 de Fevereiro de 1988:

Maria de Fátima Rita Lopes, directora de 2.ª classe, da Direcção Regional de Educação — autorizada, nos termos do artigo 78.º do Estatuto do Funcionalismo; para durante o ano lectivo de 1987/88, em regime de acumulação; reger a disciplina de «Administração Escolar»; na Escola do Magistério Primário do Mindelo, com efeitos a partir de 1 de Março.

A despesa tem cabimento na dotação do capítulo 1.º, divisão 26.ª; código 1.2 do orçamento vigente.

De 29 de Março:

Maria Natalina de Brito Maximiano Fonseca, professora de posto escolar 2.º nível, 3.ª classe, provisória — nomeada, definitivamente, no referido cargo, nos termos do disposto no § 1.º do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 6.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Anotado pelo Tribunal de Contas em 1 de Julho de 1988).

De 19 de Abril:

Maria Monteiro Delgado — assalariada, nos termos do artigo 51.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer o cargo de servente da Escola Industrial e Comercial do Mindelo.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 30.ª; código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 1 de Julho de 1988).

De 23 de Junho:

Firmino dos Santos Neves, candidato classificado em concurso — nomeado, nos termos do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo; para exercer, provisoriamente, o cargo de 3.º oficial da Escola Preparatória «Jorge Barbosa».

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 9.ª; código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 11 de Julho de 1988).

Despachos do Camarada Ministro da Informação, Cultura e Desportos:

De 1 de Dezembro de 1987:

Manuel Monteiro da Veiga, técnico superior de 2.ª classe, definitivo da Direcção-Geral do Património Cultural — promovido, nos termos do artigo 50.º do Decreto n.º 98/87, de 14 de Setembro, à classe imediata, continuando a exercer em comissão de serviço, o cargo de director-geral de Património Cultural.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 5.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 1 de Julho de 1988).

De 26 de Janeiro de 1988:

Abel Almeida Júnior, habilitado com o Curso de Monitores Especiais — nomeado, nos termos do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo, conjugado com o disposto no n.º do artigo 66.º do Decreto-Lei n.º 152/79, de 31 de Dezembro, para exercer, provisoriamente, o cargo de monitor especial de 3.ª classe, da Direcção-Geral de Educação Física e Desportos.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 7.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 30 de Junho de 1988).

De 18 de Maio:

António Manuel Silva Ramos — nomeado, nos termos do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 5/78, de 4 de Fevereiro, conjugado com a alínea c) do artigo 15.º do Decreto n.º 137/84, de 31 de Dezembro e Decreto-Lei n.º 128/85, de 9 de Novembro, para exercer, interinamente, o cargo de compositor de 3.ª classe, das Edições «Voz di Povos».

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, artigo 2.º do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 23 de Junho de 1988).

De 27 de Junho:

Edelfrid Santos Barbosa, escriturário-dactilógrafa de 2.ª classe, interino, do quadro de pessoal da Televisão Experimental de Cabo Verde — exonerada, a seu pedido, do referido cargo, com efeitos a partir do dia 4 de Junho de 1988.

Ricardino das Neves Varela, técnico auxiliar de 3.ª classe, provisório, do quadro de pessoal da Rádio Nacional de Cabo Verde — concedidos 6 meses de licença registada, com efeitos a partir de 28 de Maio de 1988.

Despachos do Camarada Ministro da Administração Local e Urbanismo:

De 18 de Abril de 1988:

Francisco Alberto da Costa Duarte, escriturário-dactilógrafo de 1.ª classe, provisório, da Direcção-Geral da Administração Local, com colocação no Secretariado Adminis-

trativo de S. Nicolau — nomeado, definitivamente, no referido cargo, nos termos do disposto no § 1.º do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 5.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Anotado pelo Tribunal de Contas em 1 de Julho de 1988).

De 4 de Maio:

Manuel Capistiano Durilde Gomes, zelador, provisório, da Direcção-Geral da Administração Local — concedido, a primeira diuturnidade, nos termos do artigo 166.º do Estatuto do Funcionalismo, com efeitos a partir de 1 de Maio do corrente ano.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 5.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 2 de Julho de 1988).

De 10:

Fausto António de Macedo Barbosa Vieira Martins, técnico superior de 3.ª classe, da Direcção-Geral de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente — exonerado, a seu pedido, do referido cargo, com efeitos a partir de 21 de Dezembro de 1987.

De 1 de Junho:

Maria Lopes da Veiga — nomeada, nos termos do n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 128/85, de 9 de Novembro, para exercer, interinamente, o cargo de escriturária-dactilógrafa de 2.ª classe, do Serviço Nacional de Cartografia e Cadastro, do Ministério da Administração Local e Urbanismo.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 7.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 28 de Junho de 1988).

De 8:

Marcelina Dionísia Coutinho da Graça — nomeada, nos termos do n.º 3 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 154/81, de 31 de Dezembro, conjugado com o artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer, provisoriamente, o cargo de 1.º oficial do Instituto de Fomento da Habitação, do Ministério da Administração Local e Urbanismo.

A despesa tem cabimento na dotação do capítulo 6.1., código 1.2 do orçamento privativo do IFH. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 28 de Junho de 1988).

Carmem Maria Timas Silva Sousa Santos, escriturária-dactilógrafa, principal, definitivo, da Direcção-Geral da Administração Local, em serviço no Secretariado Administrativo do Sal — concedida, nos termos do artigo 257.º do Estatuto do Funcionalismo, licença ilimitada, com efeitos a partir de 12 de Junho de 1988.

Despachos do Camarada Ministro da Saúde, Trabalho e Assuntos Sociais:

De 2 de Fevereiro de 1988:

Fátima João Varela Monteiro — assalariada, nos termos do artigo 51.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer, o cargo de servente, do Gabinete de Estudos e Planea-

mento do Ministério da Saúde, Trabalho e Assuntos Sociais.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 2.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 4 de Julho de 1988).

De 16 de Maio:

Maria Sulamita Silva Ferreira Martins Monteiro, técnica de 3.ª classe, de nomeação definitiva, da Direcção-Geral dos Assuntos Sociais — promovida, nos termos do artigo 50.º do Decreto n.º 98/87, de 14 de Setembro, à classe imediata.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 9.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 1 de Julho de 1988).

De 27:

Maria Alice Tavares da Lomba, técnica auxiliar de 2.ª classe, de Laboratório, da Direcção-Geral da Saúde — nomeada, definitivamente, no referido cargo, nos termos do disposto no § 1.º do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 4.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Anotado pelo Tribunal de Contas em 1 de Julho de 1988).

Francisca Miranda Cabral, escriturária-dactilógrafa de 2.ª classe da Direcção-Geral de Saúde — autorizada a beneficiar em Portugal, nos termos do disposto no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 125/79, de 22 de Dezembro, por motivo de doença.

Despacho do Camarada Ministro da Indústria e Energia:

De 6 de Julho de 1988:

Maria do Carmo Spencer Lopes dos Santos, técnica de 3.ª classe do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Indústria e Energia — exonerada, a seu pedido, das referidas funções, com efeitos a partir de 1 de Agosto do corrente ano.

Despachos do Camarada Ministro das Obras Públicas:

De 13 de Junho de 1988:

Humberto do Rosário Lopes, técnico de 3.ª classe do quadro da Direcção Regional de S. Vicente das Obras Públicas — reconduzido, por mais três anos, no referido cargo, nos termos do § 1.º do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação do capítulo 1.º, divisão 8.ª, código 1.2 do orçamento vigente.

António Nascimento Monteiro, auxiliar principal do quadro da Direcção Regional das Obras Públicas de S. António — colocado em S. Nicolau para prestar serviço no Gabinete do Porto do Tarrafal.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação do capítulo 1.º, divisão 9.ª, código 1.2 do orçamento vigente.

(Anotados pelo Tribunal de Contas em 4 de Julho de 1988).

Despacho do Camarada Ministro Adjunto do Ministro das Finanças:

De 29 de Junho de 1988:

Gesibela Rodrigues Barbosa Fernandes, 3.º oficial, do quadro do pessoal administrativo da Direcção-Geral das Alfândegas — concedidos 10 dias de licença registada, nos termos do artigo 252.º do Estatuto do Funcionalismo em vigor, com efeitos a partir de 18 de Agosto de 1988.

Despacho do Camarada Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros:

De 9 de Junho de 1988:

Daniel Mendes Lopes, 3.º oficial definitivo, do Ministério dos Negócios Estrangeiros, na situação de licença registada — concedido, licença ilimitada, com efeitos a partir de 28 de Abril do corrente ano.

Despachos do Camarada Secretário de Estado das Pescas:

De 7 de Janeiro de 1988:

É atribuída a Erodina Gonçalves, licenciada em Ciências Económicas, prestando serviço no Gabinete de Estudos e Planeamento da Secretaria de Estado das Pescas, um subsídio de renda de casa mensal no montante de 3 000\$ (três mil escudos), com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1988.

A despesa tem cabimento na dotação do capítulo 2.º divisão 2.ª, código 6.º, do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 1 de Julho de 1988).

De 11 de Abril:

Jorge Humberto de Jesus Correia Barbosa — nomeado, nos termos do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo, conjugado com o artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 154/81, de 31 de Dezembro, para exercer, provisoriamente, o cargo de técnico profissional de 2.º nível de 3.ª classe, do Instituto Nacional de Investigação das Pescas.

A despesa tem cabimento na dotação do capítulo 2.º artigo 1.º, n.º 3 832 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 30 de Junho de 1988).

Despacho do Camarada Secretário de Estado Adjunto do Primeiro Ministro:

De 5 de Maio de 1988:

Maria Conceição Cabral Fernandes, contínuo do quadro da Direcção-Geral da Administração da Presidência da República — punida com a pena prevista no n.º 9 do artigo 254.º do Estatuto do Funcionalismo. — Demissão.

De 24:

Gomercino António da Luz — nomeado, nos termos do artigo 3.º n.º 1 da alínea c) do Decreto-Lei n.º 52/79, de 9 de Junho, para exercer, interinamente, o cargo de condutor-auto de 3.ª classe do Gabinete do Secretário de

Estado Adjunto do Primeiro Ministro, com efeitos a partir de 1 de Maio de 1988. Tem direito ao vencimento previsto no Decreto n.º 10/79, de 17 de Fevereiro.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 2.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Isento do visto, nos termos do artigo 3.º n.º 1, alínea c), do Decreto-Lei n.º 52/79, de 9 de Junho).

Despachos do Camarada Secretário de Estado da Administração Pública:

De 16 de Junho de 1988:

Dr. Jose Maria dos Reis Martins, técnico superior de 2.ª classe, da Direcção-Geral de Saúde, que se encontra em comissão eventual de serviço no estrangeiro a frequentar um curso de pós-graduação — prorrogada a referida comissão, por um período de 12 meses, com efeitos a partir de Janeiro do corrente ano.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 4.ª, código 1.2, do orçamento vigente. — (Anotado pelo Tribunal de Contas em 1 de Julho de 1988:

De 28:

António Landim Tavares, técnico profissional do 1.º nível de 2.ª classe, da Direcção-Geral do Trabalho e Emprego — colocado em comissão eventual de serviço, nos termos do disposto nos artigos 1.º e 19.º do Decreto-Lei n.º 1/87, de 10 de Janeiro, a fim de frequentar um estágio no âmbito da Inspeção do Trabalho em Portugal, com a duração de 43 dias, com efeitos a partir da data do embarque.

Artur Nunes Tavares, inspector de 3.ª classe, definitivo, da Direcção-Geral do Trabalho e Emprego — colocado em comissão eventual de serviço, nos termos do disposto nos artigos 1.º e 19.º do Decreto-Lei n.º 1/87, de 10 de Janeiro, a fim de frequentar um estágio no âmbito da Inspeção do Trabalho em Portugal, com a duração de 43 dias, com efeitos a partir da data do embarque.

As despesas têm cabimento na dotação do capítulo 1.º, divisão 8.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Anotados pelo Tribunal de Contas em 8 de Julho de 1988).

Despachos do Camarada Secretário de Estado da Marinha Mercante:

De 1 de Abril de 1988:

José João Alves, sub-chefe da Polícia Marítima da Capitania dos Portos da Direcção-Geral da Marinha Mercante — promovido, nos termos do artigo 50.º do Decreto n.º 98/87, de 14 de Setembro, a chefe da Polícia Marítima.

De 6 de Maio:

Luis Flor Chantre — nomeado, nos termos do n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 128/85, de 9 de Novembro, para exercer, interinamente, o cargo de escriturário-dactilógrafo de 2.ª classe, da Direcção-Geral de Marinha Mercante, ficando exonerado do cargo de contínuo.

(Visado pelo Tribunal de Contas em 29 de Junho de 1988).

De 27:

Isolina Lopes Tavares — nomeada, nos termos do artigo 1.º n.º 2 do Decreto-Lei n.º 128/85, de 9 de Novembro, para exercer, interinamente, o cargo de 3.º oficial da Direcção-Geral de Marinha Mercante, ficando colocada no departamento Marítimo de Sofavento.

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 5.ª, sub-divisão 1.ª, código 1.2 do orçamento vigente — (Visado pelo Tribunal de Contas em 28 de Junho de 1988).

Despachos do Camarada Director-Geral da Administração Pública, por Delegação do Camarada Secretário de Estado da Administração Pública:

De 18 de Maio de 1988:

Os professores abaixo designados contam, para efeitos de mudança de escalão, o seguinte tempo de serviço prestado ao Estado:

	A	M	D
Maria Socorro Barbosa Vicente Pereira	10	20	16

De 30:

Celestina Gomes Mendes Varela ...	10	4	12
-----------------------------------	----	---	----

De 16 de Junho:

Maria de Fátima Olim Vieira Silva ...	8	—	21
---------------------------------------	---	---	----

De 7 de Julho:

Apolinário Rocha ...	12	7	10
Eugénia Inês Lopes ...	10	5	22
Emídio Fernandes ...	8	10	—

Despachos do Camarada Director-Geral da Administração Pública, por delegação do Camarada Secretário de Estado da Administração Pública:

De 31 de Maio de 1988:

Agostinho Lopes da Costa, auxiliar principal do quadro auxiliar das Alfândegas — conta, para efeitos de aposentação, o seguinte tempo de serviço prestado a Administração Colonial Portuguesa e ao Estado de Cabo Verde:

	A	M	D
De 1 de Janeiro de 1955 a 4 de Julho de 1975 ...	20	6	4
Aumento de 1/5, nos termos do artigo 435.º do Estatuto do Funcionalismo ...	4	1	6
De 5 de Julho de 1975 a 31 de Janeiro de 1988 ...	12	6	27
Total ...	37	2	7

Deodato Lopes Delgado, funcionário do Banco de Cabo Verde — conta, para efeitos de aposentação, o seguinte tempo de serviço:

A Administração Colonial Portuguesa:

	A	M	D
Serviço militar... ..	4	7	26
De 3 de Novembro de 1972 a 4 de Julho de 1975	2	8	4
Aumento de 1/5, nos termos do artigo 435.º do Estatuto do Funcionalismo	1	9	5
Ao Estado de Cabo Verde:			
De 5 de Julho de 1975 a 23 de Abril de 1976	—	9	19
De 24 de Abril de 1976 a 19 de Novembro de 1978	1	4	26
Total	11	3	18

Francisco Moreno, agente de 2.ª classe, da Polícia Económica e Fiscal — conta, para efeitos de aposentação, o seguinte tempo de serviço prestado ao Estado:

A Administração Colonial Portuguesa:

	A	M	D
Serviço militar... ..	1	10	1
De 20 de Abril de 1974 a 4 de Julho de 1975	1	2	15
Aumento de 1/5, nos termos do artigo 435.º do Estatuto do Funcionalismo	—	7	90
Ao Estado de Cabo Verde:			
De 5 de Julho de 1975 a 29 de Fevereiro de 1988... ..	12	7	25
Total	16	3	20

Domingos da Cruz Silva, agente de 1.ª classe da Polícia Marítima, da Direcção-Geral da Marinha Mercante — conta para efeitos de aposentação o seguinte tempo de serviço prestado ao Estado:

	A	M	D
Serviço militar... ..	1	6	23
De 1 de Junho de 1969 a 4 de Julho de 1975	6	1	4
Aumento de 1/5, nos termos do artigo 435.º do Estatuto do Funcionalismo	1	6	11
Ao Estado de Cabo Verde:			
De 5 de Julho de 1975 a 31 de Março de 1988	12	8	27
Total	21	11	5

Albertina de Oliveira Ferreira Lima Ramos, empregada do Banco de Cabo Verde — conta, para efeitos de aposentação, o seguinte tempo de serviço prestado ao Estado.

	A	M	D
Serviço militar... ..	—	9	24
De 8 de Outubro de 1964 a 31 de Julho de 1965	—	9	24

De 18 de Outubro de 1965 a 31 de Dezembro de 1967	2	2	14
Aumento de 1/5 nos termos do artigo 435.º do Estatuto do Funcionalismo ...	—	7	7
No Secretariado Administrativo de S. Vicente:			
De 1 de Janeiro de 1968 a 10 de Agosto de 1972	4	7	10
Aumento de 1/5 nos termos do artigo 435.º do Estatuto do Funcionalismo ...	—	8	20
Total	8	11	15

De 11 de Julho de 1988:

Maria de Lourdes Silva Melo, chefe de secção, definitivo, da Direcção-Geral dos Transportes Terrestres — conta para efeitos de aposentação o seguinte tempo de serviço prestado ao Estado:

A Administração Colonial Portuguesa:

	A	M	D
De 4 de Novembro de 1963 a 4 de Novembro de 1964	1	—	1
De 14 de Julho de 1965 a 4 de Julho de 1975	10	—	21
Aumento de 1/5, nos termos do artigo 435.º do Estatuto do Funcionalismo ...	2	2	16

Ao Estado de Cabo Verde:

De 5 de Julho de 1975 a 31 de Maio de 1988	12	10	27
Total	26	2	5

Despachos do Camarada Secretário-Geral do Ministério da Educação:

De 13 de Novembro de 1987:

Luis Ribeiro, professor de posto escolar profissionalizado (2.º nível), 3.ª classe — concedida a mudança de escalão correspondente à 2.ª classe, nos termos do n.º 2 do artigo 60.º do Decreto-Lei n.º 152/79, conjugado com o artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 74/86 e artigo 50.º do Decreto n.º 98/87, de 14 de Setembro.

António Freire Semedo, professor de posto profissionalizado de 2.º nível, 3.ª classe — concedida a mudança de classe, correspondente à 2.ª classe, nos termos do n.º 2 do artigo 60.º do Decreto-Lei n.º 152/79, conjugado com o artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 74/86 e artigo 50.º do Decreto n.º 98/87, de 14 de Setembro.

Os encargos resultantes das despesas têm cabimento na dotação do capítulo 1.º, divisão 6.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visados pelo Tribunal de Contas em 11 de Julho de 1988).

Arlindo Varela dos Santos, professor de posto profissionalizado (2.º nível, 3.ª classe) — concedida a mudança de classe, correspondente à 2.ª classe, nos termos do n.º 2

do artigo 60.º do Decreto-Lei n.º 152/79, conjugado com o artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 74/86; e artigo 50.º do Decreto n.º 98/87, de 14 de Setembro.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 6.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 18 de Julho de 1988).

Mateus Tavares Soares Silva, professor de posto escolar profissionalizado (2.º nível, 3.ª classe) — concedida a mudança de classe, correspondente à 2.ª classe; nos termos do n.º 2 do artigo 60.º do Decreto-Lei n.º 152/79, conjugado com o artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 74/86 e artigo 50.º do Decreto n.º 98/87, de 14 de Setembro.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 6.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 7 de Julho de 1988).

De 19 de Abril de 1988:

Maria Lucinda Oliveira, monitora especial de Trabalhos Manuais, 3.º nível, 3.ª classe, da Escola do Ensino Básico Complementar do Lavadouro, definitiva — concedida a mudança de classe, correspondente à 2.ª classe, nos termos do n.º 2 do artigo 60.º do Decreto-Lei n.º 152/79, conjugado com o n.º 4 do artigo 66.º do mesmo diploma e artigo 50.º do Decreto n.º 98/87, de 14 de Setembro.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação do capítulo 1.º, divisão 9.ª, código 1.2 do orçamento vigente.

De 20:

Carmen Medina Pereira Lizardo, professora do Ensino Primário, provisório (2.º nível, 3.ª classe) — concedida a mudança de classe, correspondente à 2.ª classe, nos termos do n.º 2 do artigo 60.º do Decreto-Lei n.º 152/79, conjugado com o artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 74/86 e artigo 50.º do Decreto n.º 98/87, de 14 de Setembro.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 6.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visados pelo Tribunal de Contas em 11 de Julho de 1988).

Lista provisória dos candidatos admitidos ao concurso para o provimento de uma vaga de 3.º oficial da Imprensa Nacional, conforme anúncio publicado no Suplemento ao *Boletim Oficial* n.º 18, de 2 de Maio de 1988, homologado por despacho do Camarada Secretário de Estado Adjunto do Primeiro Ministro de 23 de Junho de 1988:

Ana Maria dos Santos Monteiro;
José João Tavares Lopes a);
José Rolando Sousa Furtado.

a) Deve apresentar no prazo de 20 dias, a contar da data de publicação, a certidão das habilitações literárias.

Lista provisória dos candidatos admitidos e excluídos do concurso aberto para a promoção às categorias de impressor de 1.ª, 2.ª e 3.ª classe e compositor de 3.ª classe de acordo com o anúncio publicado no Suplemento ao

Boletim Oficial n.º 18, de 2 de Maio de 1988, homologada por despacho do Camarada Secretário de Estado Adjunto do Primeiro Ministro, de 23 de Junho de 1988:

Para impressor de 1.ª classe:

Admitido:

Luciano Lopes Fernandes.

Excluídos, por não terem o tempo de serviço exigido na categoria de impressor de 2.ª classe:

Aguinaldo Lopes;
Ambrósio Lopes Monteiro;
Juvenal Cabral.

Para impressor de 2.ª classe:

José Manuel Lopes Garcia;
Martins Gomes Rodrigues.

Para impressor de 3.ª classe:

Admitidos:

José António Vieira Vasconcelos;
José Manuel Tavares;
Mário José Gomes da Costa.

Para compositor de 3.ª classe:

Admitidos:

Mário José Leal Fernandes;
Sabino Lopes Tavares.

Lista provisória dos candidatos admitidos ao concurso para provimento de lugares de ajudante de imprensa; conforme anúncio publicado no Suplemento ao *Boletim Oficial* n.º 18, de 2 de Maio de 1988, homologada por despacho do Camarada Secretário de Estado Adjunto do Primeiro Ministro de 23 de Junho de 1988.

Para a Composição Manual:

Albertino Borges Tavares;
Domingos Lopes;
Euclides Matias da Veiga Moreno;
Francisco Semedo Veiga;
Higino Tavares Delgado;
Ricardo Lopes da Veiga.

Para a Composição Mecânica:

Francisco Lopes Tavares.

Para a Impressão/Encadernação:

Angelo Filomeno Tavares Andrade;
António Correia Varela;
António José Mendes dos Reis;
David Júlio Lopes;
José António Mendes Teixeira;
Júlio Rodrigues Semedo;
Luciano Soares Rosa;
Salomão de Pina Cabral.

COMUNICAÇÕES

Para os devidos efeitos se comunica que por despacho do Camarada Ministro das Obras Públicas de 10 de Junho de 1988, foram designados para fazerem parte da Comissão

de exames e vistorias da Divisão dos Transportes Terrestres da Direcção Regional das Obras Públicas do Sal os seguintes indivíduos:

Presidente:

Engenheiro Daniel Ramos dos Reis, director Regional.

Vogais:

João Santos, 1.º tenente da POP.
Severino Carlos Silva, funcionário da ASA.

Para os devidos efeitos se comunica que o delegado Marítimo de 1.ª classe da Direcção-Geral de Marinha Mercante, Silas Andrade Modesto Leite, que se encontrava na situação de licença registada, reassumiu as suas funções no dia 2 de Junho do corrente ano.

Nos termos do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 47/75, de 15 de Novembro, foi designado, pelo Delegado do Governo de Santa Catarina, o tesoureiro de 2.ª classe, definitivo, da Direcção-Geral da Administração Local, José Euclides São Pedro Gomes da Costa, para substituir o secretário administrativo, Pedro Mendes Teixeira, durante o período em que este encontrava de licença disciplinar (desde 17 a 31 de Maio do corrente ano).

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 5.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 6 de Julho de 1988).

RECTIFICAÇÕES

Por ter sido publicado de forma inexacta no *Boletim Oficial* n.º 23/88 o despacho do Camarada Ministro da Educação, respeitante a revalidação do contrato de prestação de serviço docente de Irlando Pedro Francisco Rodrigues Rosa, se publica a parte que interessa:

Onde se lê:

Irlando Pedro Francisco da Rocha.

Deve ler-se:

Irlando Pedro Francisco Rodrigues Rosa.

Por ter sido publicado de forma inexacta no *Boletim Oficial* n.º 26, o despacho do Camarada Ministro da Educação de 25 de Abril de 1988, respeitante a nomeação provisória de Arlinda Filomena Lopes do Rosário, se publica a parte que interessa:

Onde se lê:

Arminda Filomena Lopes do Rosário.

Deve ler-se:

Arlinda Filomena Lopes do Rosário.

Por ter sido publicado de forma inexacta no *Boletim Oficial* n.º 18/88, de 30 de Abril, o despacho do Camarada Ministro da Educação, de 24 de Novembro de 1987, respei-

tante à mudança de escalão de Manuel Duarte Mette, se publica na parte que interessa:

Onde se lê:

Emanuel Duarte Mette;

Deve ler-se:

Manuel Duarte Mette;

Por ter sido publicado de forma inexacta o despacho do Camarada Ministro do Desenvolvimento Rural e Pescas, de 4 de Dezembro de 1987, referente a nomeação de técnicos profissionais de 1.º nível, no *Boletim Oficial* n.º 11/87, de 12 de Março, novamente se publica:

Despacho do Camarada Ministro do Desenvolvimento Rural e Pescas:

De 24 de Dezembro de 1987:

João Francisco Semedo Monteiro, habilitado com o curso de técnicos profissionais do Desenvolvimento Rural — nomeado, nos termos do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo, conjugado com os artigos 21.º e 10.º do Decreto-Lei n.º 154/81, de 31 de Dezembro, para exercer o cargo de técnico profissional de 1.º nível, 3.ª classe dos Serviços Regionais, ficando colocado na Direcção Regional do Fogo do Ministério do Desenvolvimento Rural e Pescas.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 10.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 24 de Fevereiro de 1988).

Por ter saído de forma inexacta o despacho do Camarada Primeiro Ministro, de 25 de Março de 1988, publicado no *Boletim Oficial* n.º 24/88, de 11 de Junho, respeitante à nomeação do condutor Mário Augusto Andrade Pasquinha, novamente se publica:

Despacho do Camarada Primeiro Ministro:

De 25 de Março de 1988:

Mário Augusto Andrade Pasquinha, condutor-auto de 3.ª classe, provisório, do quadro da Direcção-Geral da Administração da Presidência da República — enquadrado, nos condições previstas no artigo 1.º do Decreto n.º 10/79, de 17 de Fevereiro, com direito ao vencimento na categoria de condutor-auto de 1.ª, enquanto estiver a prestar serviços na área da sua especialidade, a Sua Excelência o Presidente da República.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 2.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 13 de Maio de 1988).

Por ter sido publicado de forma inexacta no *Boletim Oficial* n.º 18/88, de 30 de Abril, o despacho do Camarada Secretário-Geral do Ministério da Educação, de 12 de Janeiro de 1988 e respeitante à mudança de escalão de Antonino de Brito Andrade, novamente se publica o seguinte:

Despacho do Camarada Secretário-Geral, por delegação do Camarada Ministro da Educação:

De 12 de Janeiro de 1988:

Antonino de Brito Andrade, professor do Ensino Primário, provisório — concedida a mudança de escalão correspondente à 1.ª classe, nos termos do n.º 3 do artigo 60.º do Decreto-Lei n.º 152/79, de 31 de Dezembro, com efeitos a partir de 28 de Outubro de 1986.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 6.ª, código 1.2 do orçamento vigente. (Visado pelo Tribunal de Contas em 28 de Março de 1988).

Por ter sido publicado de forma inexacta no *Boletim Oficial* n.º 23/88, o despacho do Camarada Ministro da Informação, Cultura e Desportos, de 14 de Março corrente, respeitante a nomeação de Maria de Jesus Lopes Furtado, novamente se publica o seguinte:

Despacho do Camarada Ministro da Informação, Cultura e Desportos:

De 14 de Março de 1988:

Maria de Jesus Lopes Furtado — nomeada, nos termos do n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 128/85, de 9 de Novembro, para exercer, interinamente, o cargo de escriturário-dactilógrafo, de 2.ª classe, da Direcção-Geral da Animação Cultural.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 6.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 27 de Maio de 1988).

Por ter saído de forma inexacta no *Boletim Oficial*, n.º 12/88, de 19 de Março, a Deliberação do Conselho Deliberativo de 10 de Dezembro do ano transacto, respeitante a promoção de Armindo Mendes dos Reis, fiscal de 3.ª classe do Secretariado Administrativo da Praia, se rectifica o seguinte:

Onde se lê:

... fiscal de 3.ª classe, provisório ...

Deve ler-se:

... fiscal de 3.ª classe, definitivo ...

Direcção-Geral da Função Pública, na Praia, 21 de Julho de 1988. — O Director-Geral, José Jorge Lisboa da Costa Santos, director de 2.ª classe.

ANÚNCIOS JUDICIAIS E OUTROS

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção-Geral dos Registos e do Notariado
Cartório Notarial da Região de Primeira Classe
da Praia

Notário: JORGE RODRIGUES PIRES

EXTRACTO

CERTIFICO narrativamente, para efeitos de publicação, que neste Cartório a meu cargo e no livro de notas para escrituras diversas n.º 42/B, de fls. 45 a 47, com a data de dezasseis de Julho do ano em curso, foi constituída entre

Joaquim Fernandes Barreto de Carvalho, Dina da Conceição Gomes Furtado Barreto de Carvalho, Victor Manuel Carvalho Silva, Elga Mirta Furtado Barreto de Carvalho, Marco Augusto Furtado Barreto de Carvalho e Jackeline Elisa Furtado Barreto de Carvalho, uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, denominada «Organizações Djodina, Limitada», com sede na Achada de Santo António, subúrbios desta cidade da Praia, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes:

Artigo Primeiro

A sociedade adopta a denominação «Organizações Djodina, Limitada».

Artigo Segundo

1. A sua sede é em Achada de Santo António — Praia, podendo por deliberação de Assembleia Geral, ser deslocado para outra localidade dentro do país.

2. A sociedade pode abrir filiais e sucursais em qualquer ponto do país.

Artigo Terceiro

O objectivo da sociedade é o comércio a retalho, podendo dedicar-se a outras actividades comerciais ou industriais em que os sócios acordem e sejam permitidas por lei.

Artigo Quarto

O capital social integralmente realizado em dinheiro, é de quinhentos mil escudos, tendo cada um dos sócios as seguintes quotas:

Joaquim Fernandes Barreto de Carvalho, uma de cento e cinquenta mil escudos;

Dina da Conceição Gomes Furtado Barreto de Carvalho, uma de cento e cinquenta mil escudos;

Victor Manuel Carvalho Silva, uma de cinquenta mil escudos;

Elga Mirta Furtado Barreto de Carvalho, uma de cinquenta mil escudos;

Marco Augusto Furtado Barreto de Carvalho, uma de cinquenta mil escudos; e

Jackeline Elisa Furtado Barreto de Carvalho, uma de cinquenta mil escudos.

Artigo Quinto

A cessão de quotas a estranhos depende do consentimento da sociedade

Artigo Sexto

1. A gerência da sociedade e a sua representação em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbe a um gerente que será eleito pela Assembleia Geral, convocada para o efeito, que ficará desde logo investido dos poderes para obrigar a sociedade em todos os autos e contratos. Para os actos de mero expediente basta a assinatura de um dos sócios.

O gerente fica dispensado de prestar caução e terá a remuneração que for deliberada em Assembleia Geral.

Artigo Sétimo

1. A sociedade poderá nomear mandatários ou procuradores, nos termos do artigo 256.º do Código Comercial vigente.

2. O gerente nas ausências e impedimentos poderá conferir procurações a outros sócios ou a pessoas estranhas à sociedade.

Artigo Oitavo

As assembleias gerais são convocadas por cartas registadas dirigidas aos sócios, com oito dias de antecedência, no mínimo, salvo os casos em que a lei exija outra forma de convocação.

Artigo Nono

A sociedade dissolve-se nos casos previstos na lei ou por acordo dos sócios.

Artigo Décimo

No caso de dissolução, o património social poderá ser adjudicado a um ou mais sócios que melhor preço e forma de pagamento oferecerem, podendo continuar a exercer o comércio nos estabelecimentos e usar a firma adoptada pela sociedade com o acréscimo de sucessor ou sucessores.

Está conforme o original.

Cartório Notarial da Região de Primeira Classe da Praia, aos dezoito dias do mês de Julho do ano de mil novecentos e oitenta e oito. — O Notário, *Jorge Rodrigues Pires*.

CONTA:

Art. 18.º n.º 1 e 2.	80\$00
Cofre Geral	8\$00
Reembolso	6\$00

Selos 75\$00 = 169\$00

(Cento e sessenta e nove escudos).
— Conferida por, *Joaquim Rodrigues*
Registada sob o n.º 4689/88.

(122)

CONTAS E BALANCETES DIVERSOS

BANCO DE CABO VERDE

Praia (Santiago)

Direcção das Relações com o Estrangeiro
e do Controlo de Câmbios

Cotações de Câmbios

Em 22/7/88

N.º 118

Países	Divisas	Compras	Vendas
África do Sul	Rand	23\$51	27\$04
Alemanha	Marco	39\$18	42\$32
América 1 e 2	Dólares	71\$91	77\$70
América 5 a 1000	Dólares	72\$41	78\$20
Áustria	Xelim	5\$59	6\$03
Bélgica	Franco	1\$75	1\$97
Canadá 1 e 2	Dólares	59\$96	64\$79
Canadá N. Grandes.	Dólares	60\$46	65\$29
Dinamarca	Coroa	10\$30	11\$13
Espanha	Peseta	\$552	\$623
Finlândia	Markka	16\$50	17\$81
França	Franco	11\$61	12\$53
Holanda	Florim	34\$71	37\$49
Inglaterra	Libra	124\$55	134\$51
Itália	Lira	\$048	\$055
Japão	Iene	\$498	\$563
Noruega	Coroa	10\$77	11\$63
Portugal	Escudo	\$481	\$519
Senegal	C.F.A.	\$226	\$244
Suécia	Coroa	11\$39	12\$30
Suíça	Franco	47\$08	50\$84

Direcção das Relações com o Estrangeiro e do Controlo de Câmbios, na Praia, 22 de Julho de 1988. — Pela Direcção, *Antão Lopes da Luz*,